

Uma plataforma para o BNDES

Apesar de ser o principal financiador de longo prazo da economia brasileira, desde os anos 1950, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) continua sendo uma das instituições menos transparentes da República. Essa falta de democracia e publicidade tem possibilitado aos seus gestores operarem uma máquina de alto poder, mas sem qualquer influência da base da sociedade. Esta situação gerou um descolamento entre esse Banco público e essa base, o que levou o BNDES a induzir, com seus volumosos aportes, um tipo de desenvolvimento extremamente concentrador da renda e gerador de uma série de outros impactos na sociedade brasileira.

Para se ter a dimensão do poder desse Banco, basta lembrar que ele financiou, na segunda metade do século 20, a industrialização do Brasil e a política de substituição de importações. Mais tarde, dada a capacidade técnica e política de propor políticas públicas e de dispor dos meios para financiá-las, terminou sendo o gestor da famigerada privatização de estatais estratégicas (os privatistas, aliás, não se contentam em apenas imprimir uma lógica privada aos desembolsos do Banco. Planejam abocanhar seus recursos Banco e levá-lo à morte).

Até hoje, o BNDES tem sido acessado majoritariamente por grandes grupos empresariais que imprimem a lógica privatista aos desembolsos dessa empresa pública nacional - que só em 2006 emprestou cerca de R\$ 57 bilhões e teve orçamento superior até ao do Banco Mundial.

Algumas organizações, entretanto, pensam que chegou a hora de esta situação mudar. A Rede Brasil Sobre Instituições Financeiras Multilaterais e o Ibase - que juntos com outras entidades vêm há pouco mais de dois anos pressionando o Banco por transparência, informação e debate sobre os critérios de financiamento - avaliam que está na hora de o BNDES assumir o seu caráter de agência pública de fomento ao desenvolvimento nacional e dirigir suas capacidades ao atendimento de demandas históricas da sociedade brasileira

Essas organizações, e outras que agora convocamos, devem dizer ao conjunto da sociedade e, em especial, aos Presidentes da República, Luis Inácio Lula da Silva, e do próprio BNDES, Luciano Coutinho, que desejamos um Banco de desenvolvimento que tenha no centro de sua missão o atendimento a essas demandas históricas.

O que planejamos fazer

Pretendemos ajudar a articular um sistema de proposições vindas da base da sociedade para que outras vozes sejam ouvidas quando da definição dos rumos do BNDES. Até aqui, ele pouco contribuiu para desconcentrar a renda e, naquilo que lhe compete, ajudar a reparar as injustiças históricas que foram cometidas contra o povo brasileiro, em decorrência do tipo de economia que o Brasil adotou ao longo de sua história.

Aproveitando a recente troca de comando na instituição (em 2 de maio), e o fato de que o governo ter entregue ao BNDES a responsabilidade de levar adiante parte considerável do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), acreditamos que chegou a hora de começar, pelo BNDES, a questionar os instrumentos financeiros que viabilizam o desenvolvimento brasileiro.

Queremos elaborar, e posteriormente entregar a Lula e a Luciano Coutinho, uma plataforma mínima de ações para colocar o Banco no caminho que uma instituição financeira de fomento ao desenvolvimento nacional, garantindo que todas as suas operações levem em conta as dimensões social, ambiental, de gênero, geracional, territorial, cultural, técnica, econômica e de raça - tudo com a mesma intensidade com que o BNDES busca a sua rentabilidade.

O Banco transformou o retorno financeiro de suas operações na sua única meta e indicador de desempenho. Isto evidencia o quão distante essa empresa pública está de um modelo de

desenvolvimento que privilegie a maioria da sociedade. Ao ter o desembolso e o retorno imediato como únicas medidas de desempenho, o Banco se esmera em abrir o cofre, levando menos em conta o critério dos resultados para o desenvolvimento da nação – o que só pode ser alcançado no longo prazo.

A Plataforma que agora propomos pode iniciar um movimento amplo e articulado de questionamento da orientação ao BNDES. Nos dois anos e meio de tentativa de diálogo com o Banco – nós apostamos que o governo Lula abriria essa oportunidade -, identificamos fragilidades políticas que devemos agora explorar, quando entramos em um patamar novo de relação com o Banco. São elas:

1. a falta absoluta de transparência, mesmo obedecendo toda legislação de sigilo bancário, nas operações mais elementares do BNDES. O Banco necessita de uma política pública de informação. Mesmo outras instituições financeiras, reconhecidamente anti-democráticas, já adotaram políticas semelhantes há décadas. Essa política traria a público, por exemplo, detalhes de bilionárias transações do Banco que acontecem sem que sequer sejam tornados públicos os critérios que possibilitaram sua aprovação;
2. os percentuais irrisórios que o Banco tem aplicado no saneamento ambiental, uma área estratégica para qualquer modelo de desenvolvimento minimamente justo. O envolvimento do Banco nessa área é tão premente que mesmo o PAC aponta nesse sentido, mas ainda sem o vigor necessário para resolver a situação negativa que vivemos nesse campo;
3. os vultosos aportes ao setor de energia, sem que qualquer contrapartida seja exigida do tomador do empréstimo, além de garantias financeiras e do mero cumprimento da legislação ambiental. Essa opção tem viabilizado algumas grandes obras de reconhecida má qualidade e impede uma atuação vigorosa da instituição no financiamento a políticas públicas para a modernização do sistema elétrico brasileiro (o que evitaria dezenas de novas megaobras). Essa opção também impede o apoio vigoroso a fontes energéticas chamadas “alternativas”. Queremos que o Banco enxergue a questão energética sob a ótica do desenvolvimento e de uma necessária política nacional para o enfrentamento de mudanças no clima;
4. os aportes ainda mais vultosos, e até participações acionárias expressivas, em empresas do setor de papel e celulose exclusivamente comprometidas com o atendimento ao mercado externo e que há décadas são geradoras de gravíssimos conflitos territoriais, sociais e ambientais. Este setor é o que melhor exemplifica como o Banco financia setores descompromissados com o desenvolvimento nacional. O volume de recursos e as condições do financiamento a várias empresas da área de papel e celulose pedem uma auditoria nos financiamentos para esse setor;
5. o papel do BNDES no financiamento à produção do etanol. Apesar de ter um balanço de emissão de carbono melhor do que o dos combustíveis fósseis, essa opção está planejada para produzir em uma escala inviável, além de utilizar relações de trabalho análogas à escravidão;
6. a falta de uma política ambiental indutora de padrões de produção e de consumo que minimizem a utilização de recursos naturais;
7. o fraco desempenho do Banco no fomento ao microcrédito, mesmo considerando as dificuldades de gestão dos agentes desse setor. Linhas de crédito especiais para o fortalecimento institucional das cooperativas de crédito devem ser promovidas pelo Banco;
8. a destinação dos recursos não reembolsáveis do Fundo Social do Banco sem procedimentos públicos de convocação, avaliação e aprovação. Tais recursos poderiam contribuir no fomento a fundos solidários (fundos rotativos ou de apoio a pequenos projetos de geração de trabalho e renda);
9. a pífia atuação da área social do Banco, tanto em termos de recursos quanto em capacidade política de pautar a empresa no sentido de atender a demandas típicas de um Banco de desenvolvimento. As ações ditas sociais do BNDES não devem ficar restritas à uma área, como um apêndice indesejado. Devem constituir a verdadeira razão de existência de uma instituição deste tipo e se refletir em cada financiamento do Banco.

Essas são algumas oportunidades para a nossa construção conjunta. O aporte de nossos aliados deve fazer com que esse horizonte se amplie para que incluamos outras demandas em uma

plataforma mínima de demandas para o Banco.

Como vamos elaborar a Plataforma BNDES

Pretendemos elaborá-la em dois momentos. O primeiro será realizado em 9 de maio, na sede do Ibase, no Rio de Janeiro. Neste primeiro momento, fecharíamos compromissos políticos para a participação dessa ação sobre o Banco e apontaríamos desdobramentos futuros.

Levaríamos esse compromissos de volta às nossas organizações e, duas semanas depois, em 25 de maio, voltaríamos a nos encontrar para, junto com um grupo maior de organizações, definir a nossa plataforma de demandas para o Banco. Este segundo momento será realizado na sede da Rede Brasil, em Brasília. Despesas com transporte, alimentação e hospedagem serão cobertas pelo Ibase.

Assim, nosso cronograma seria:

1o momento: seminário de dia inteiro na sede do Ibase,. No Rio, em 16 de maio.

2o momento: seminário de dia inteiro na sede da Rede Brasil, em Brasília, em 25 de maio.

Essa é a atividade que propomos à sua organização, por identificarmos que esta já elabora ou pode se envolver de forma qualificada na elaboração de propostas e demandas ao BNDES.

Um abraço,

Rede Brasil Sobre Instituições Financeiras Multilaterais
Telefones: 61-3321-6108/3323-5424 . Fax: 61-3321-2766
Contato: Fabrina Furtado (f.furtado@rbrasil.org.br)

Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
Telefone: 21-2509-0660 . Fax: 21-3852-3517
Contatos: Luciana Badin (lucianab@ibase.br) e Carlos Tautz (tautz@ibase.br)